

GEOGRAFIA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INCLUSÃO SOCIAL

Cláudia Luísa Zeferino Pires¹

A complexidade se impõe primeiro como impossibilidade de simplificar: ela surge lá onde a unidade complexa produz suas emergências, lá onde se perdem as distinções e clarezas nas identidades e causalidades, lá onde as desordens e as incertezas perturbam os fenômenos, lá onde o sujeito-observador surpreende seu próprio rosto no objeto de sua observação, lá onde as antinomias fazem divagar o curso das racionalizações.... (MORIN, 2003, pg 456)

A complexidade está na base deste tema que reúne trabalhos cujas propostas emergem da leitura do lugar. Essa leitura passa pela construção de um circuito interativo com o lugar através de ações (muitas vezes modificadas pela própria realidade local, cujos saberes reconstituem a diversidade de apropriações espaciais) que mudam a visão da realidade.

Esta comunicação coordenada representa um conjunto integrado de pesquisas sobre geografia, educação (formal e não formal) e inclusão social, envolvendo parcerias entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Programa de Pós-Graduação e Curso de Graduação em Geografia) e Universidade Luterana do Brasil-RS (Cursos de Especialização e Graduação em Geografia), sendo que a partir desse eixo desenvolvem-se outras parcerias, no presente caso, com a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul, com a Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul/Jardim Botânico-Porto Alegre, com o Banco HSBC com apoio do Botanic Garden Conservation International e Secretaria Municipal de Educação de São Sebastião do Caí/RS.

Os trabalhos apresentados nesta comunicação coordenada tratam da relação entre três conceitos de forte conotação atitudinal – pesquisa-ação, geografar, geração de ambiências – com outros conceitos, temários e pesquisas em geografia.

As apresentações referem-se a reflexões de diferentes práticas de educação ambiental, bem como a construção de conceitos que remetem a leitura espacial do lugar e

¹ Universidade Luterana do Brasil
Curso de Geografia
Rua Miguel Tostes 101, Bairro São Luís, Canoas, RS
dirgeografia@ulbra.br claudia.luisa@ig.com.br

suas possibilidades no cotidiano escolar. Os três trabalhos convergem para a valorização do lugar a partir de práticas pedagógicas inseridas em escolas situadas em vilas da periferia urbana de Porto Alegre/RS e em escolas rurais em São Sebastião do Caí/RS, possibilitando uma maior inclusão social através de ações que visam a formação de sujeitos ecológicos (intérpretes ambientais) e multiplicadores de novas leituras do espaço vivido.

O lugar assume importância fundamental no processo de globalização porque ele é o cotidiano imediato, localmente vivido, portanto, objeto de uma razão global. Segundo HABERMAS, (1987): *“o lugar é uma dimensão importante para a compreensão do global, porque a modernidade já não pode emprestar seus padrões de orientação, de modelos de outras épocas. Ela encontra-se completamente abandonada a si mesma, tendo de extrair de si mesma sua normatividade. Daqui em diante, a atualidade autêntica é o lugar, onde se entrelaçam as continuações da tradição e da inovação”*.

Entretanto, analisar a escala local não significa que devemos deixar de lado a escala global. O lugar possui uma dupla identidade: uma própria (não redutível em escala planetária) e uma identidade comum (que faz parte de uma identidade sistêmica globalizada). Nessa perspectiva, os trabalhos realizados na periferia urbana de Porto Alegre/Rs/BR pelo Curso de Geografia da ULBRA (Universidade Luterana do Brasil - Canoas), especificamente, na Vila Juliano Moreira (Jardim Botânico), nas Encostas do Morro do Polícia, Bairro Restinga remetem a ações que visam compreender a dimensão espacial do cotidiano - marcado por micro-attitudes, cenas efêmeras e pontuais - que compõem as redes sócioespaciais e ambientais.

Geografia - Educação Ambiental - Inclusão Social é a perspectiva de trabalho assumida por um grupo de professores do Curso de Geografia/ULBRA/Canoas, envolvendo uma parceria com o Curso de Geografia (graduação e pós-graduação) da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Brasil). Esse temário está institucionalizado em um Programa Comunitário denominado *Geografizando Lugares: Transitando por Diferentes Ambiências*. Este Programa articula atividades de pesquisa-ensino-extensão, cujas práticas e reflexões são conduzidas pelos professores atuantes no programa, bem como pelo grupo de alunos voluntários que atuam junto aos respectivos projetos locais.

Essa proposta (geografia, educação ambiental, inclusão social) auxilia promover o encontro entre a geografia do lugar com o mundo. Conforme a Professora Heloísa Gaudie Ley Lindau (2004:6), integrante do programa comunitário:

As práticas libertadoras necessitam de comunicação que exige diálogo e não comunicados, ordens ou prescrições. Implica horizontalidade - trocas e a negação das verticalidades e autoritarismo. É a valorização da diversidade humana, respeito e

aceitação da diferença. Assim, para ocorrer o diálogo na educação deve ser promovida a situação EU - TU e o MUNDO. Portanto, a percepção do lugar no processo de educação ambiental, é a conexão do mundo vivido local com o mundo global.

As propostas de atividades de pesquisa-ensino-extensão junto à periferia urbana de Porto Alegre/RS/BR passam a ser o desafio desse grupo de professores e alunos. Esse desafio é muito bem retratado pelo professor Benhur Pinós da Costa (2003:5):

A "vila" se apresenta como espaço urbano degradado, irregular e, ao mesmo tempo, fechado em suas relações comunitárias locais. Observa-se que o fechamento dessa comunidade evidencia uma resistência ao processo urbano moderno, que, através de um planejamento estatal tecnocrático e de uma expansão do capital imobiliário, o qual preza somente a demanda solvável da população, a torna excluída em relação às possibilidades de melhores condições de habitabilidade na cidade. A resistência e o fechamento se apresentam, ao mesmo tempo, pelo fortalecimento de laços sociais e culturais internos e por uma negação ou por relações conflituosas em relação ao exterior, o que produz uma dinâmica socioespacial interna singular ou um fragmento urbano separado do restante que o circunda.

Este é o grande desafio do nosso grupo de trabalho: compreender esses territórios urbanos marginais a partir de um processo de segregação social e proporcionar uma leitura crítica dessa fragmentação na comunidade local para possibilitar ações menos excludentes.

Inclui-se nessa proposta agregadora o trabalho de Mestrado do Curso de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul da pedagoga Cristiane Medeiros, entretanto voltado para educação rural e a aprendizagem com referências no lugar. Conforme Medeiros (2003:1):

Este trabalho tem a pretensão de unir a geografia com a pedagogia através do entrelaçamento de conceitos geográficos e pedagógicos. Sobretudo, ele pretende provocar algumas reflexões à cerca da prática realizada nas escolas de zonas rurais que não "percebem" o seu entorno e conseqüentemente não o trazem para sala de aula. Dessa forma perdem uma rica oportunidade de fazer o aluno compreender o lugar onde vive e todas as relações que nele se estabelecem e ainda todas as conseqüências mundiais que nele se concretizam.

As instituições educacionais públicas passam a ter, neste contexto, um papel fundamental no fortalecimento das identidades locais e na constituição de espaços de formação humana. A escola em si é um espaço privilegiado que pode provocar a resistência e criar novas possibilidades de transformação da realidade vivida cotidianamente, alterando assim os rumos da organização social em escala local e promovendo a integração entre povos e culturas em escala global (globalização cooperativa ou solidária).

Torna-se de grande importância, então, investir em práticas pedagógicas desenvolvidas com a finalidade de superar a exclusão e oportunizar a formação humana como um todo, promovendo valores éticos voltados para a liberdade e para a solidariedade. As práticas pedagógicas podem estar entre os principais motivos que levam ao desinteresse dos alunos pelas atividades escolares, aumentando a evasão e o fracasso na aprendizagem, bem como a baixa auto-estima, tendo como consequência a alienação e a produção de novas formas de exclusão social.

Contraopondo-se à exclusão social e buscando a construção da cidadania, o conhecimento geográfico, pode contribuir muito o sentido de alterar positivamente o espaço escolar e instrumentalizar a sociedade para a transformação do cotidiano, promovendo novas leituras do mundo. A leitura do mundo, entretanto, passa por saber olhar o espaço local e interpretar as relações que se processam nele (relações de poder, sociais, culturais, naturais etc.).

Sabendo que as relações ser humano - natureza se concretizam no dia-a-dia dos lugares e são promovidas, muitas vezes, por interesses econômicos, políticos, culturais, sociais, em escala global, devem-se acionar mecanismos e soluções que possibilitem uma discussão social nas comunidades locais. Nesse sentido, surge a necessidade de realizar articulações que possam auxiliar no entendimento da realidade em sua complexidade: compreender o local na sua dupla identidade.

Um dos princípios teórico-metodológicos que auxilia na construção das articulações ser humano/natureza é o lugar compreendido e compartilhado pelas diferentes *ambiências*. Segundo Nelson Rego o significado do termo *ambiência*

deseja remeter a uma noção de espaço geográfico como um sistema composto por relações sociais articuladas a relações físico-sociais, espaço condicionador da existência humana e que pode ser catalisador de ações transformadoras.[...]conjunto dentro de conjuntos, vasos comunicantes, formando a idéia de teceduras concêntricas nas quais, no centro, localizam-se em cada situação determinados sujeitos coletivos/individuais em comunicação com a

geografia das redes em torno, condicionando essas redes e sendo condicionados por elas. (REGO, 2000, pg.8)

Ambiência constitui um contexto significativo para as ações, pois seu limite é ligado pelas relações do mundo-vivido e pelo mundo das experiências. É uma realidade geográfica vivida e percebida no dia-a-dia. O lugar focaliza um espaço em torno das intenções e experiências vividas, não se referindo a simples localizações, mas ao tipo de experiência e envolvimento com o mundo.

Para que se possa entender as relações entre as pessoas e o lugar que foi definido como seu, é necessário evidenciar e questionar as representações simbólicas e subjetivas entre individualidades e coletividades. A integração desse conjunto de representações está pautada na educação ambiental que permite a conexão entre indivíduo, sociedade e natureza. Conforme Mauro Guimarães:

A educação ambiental é orientada para a resolução de problemas locais. É participativa, comunitária, criativa e valoriza a ação. É uma educação crítica da realidade vivenciada, formadora da cidadania. É transformadora de valores e atitudes através da construção de novos hábitos e conhecimentos, criadora de uma nova ética, sensibilizadora e conscientizadora para as relações integradas ser humano/sociedade/natureza objetivando o equilíbrio local e global, como forma de obtenção da melhoria da qualidade de todos os níveis de vida. (GUIMARÃES, 1995. PG.28)

A educação ambiental é um longo e contínuo processo de aprendizagem, em que todos os sujeitos locais devem estar envolvidos. E nesse processo, os educadores devem conhecer e respeitar a cultura de seus educandos, pois podem ser agentes de transformação.

No entanto, o antropocentrismo consagra a capacidade dos seres humanos dominarem a natureza que é vista como um objeto, um recurso, uma mercadoria, um meio para se atingir um fim, tornando-os o centro das relações e revelando a perda de identidade dessa conexão. Segundo Regina dos Santos:

A natureza é uma extensão do homem e este uma extensão da natureza. A relação que se estabelece é mutua e recíproca. Ambos são sujeito e objeto. A alienação do sujeito em relação ao objeto significa que o homem não se vê mais como membro da natureza: homem fechado em si mesmo. (SANTOS, s/d)

Considerando a educação ambiental como um exercício de cidadania que resgata a

ética, a visão dialética e a consciência crítica reflexiva, propõe-se a pesquisa-ação como, também, um caminho a ser desempenhado na construção teórico-metodológica. Segundo Michel Thiollent:

A pesquisa-ação é uma estratégia metodológica da pesquisa social na qual há uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada; desta interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta; o objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação; o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada; há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação; a pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o 'nível de consciência' das pessoas e grupos considerados. (THIOLLENT, 2000, pg.16).

O que se pretende com a pesquisa-ação é a transformação da sociedade a partir da prática científica e pedagógica. Essa metodologia exige um processo sistemático de investigação embasado em um roteiro ou caminho – o projeto da pesquisa – que apresenta constantemente avanços e retrocessos, já que não é um processo linear e único, tendo - em suas etapas - certa flexibilidade que se modifica segundo as diferentes realidades ou dinâmicas do processo.

A pesquisa-ação enseja uma concepção de mundo e de vida que pressupõe a aproximação de realidades diferentes. Caracteriza-se por fazer leitura, percepção e apreensão da *práxis* cotidiana. Valoriza as formas e modos de viver comuns, que no paradigma positivista não seriam considerados. Estuda e analisa grupos e suas necessidades, proporcionando a análise dos problemas cotidianos, unindo teoria e prática, visando à melhoria da situação ou realidade concreta, no campo social, cultural, político, educativo.

Os indivíduos que fazem parte do projeto de pesquisa expressam suas histórias de vida a partir do lugar em que se encontram, narrando seus significados e abrindo possibilidades de desconstrução de saberes produzidos em lugares culturalmente hegemônicos. A pesquisa-ação é oportuna para trabalhos com educação popular, pois

diante de problemas sócio-ambientais, educandos e educadores podem construir soluções, possibilitando um novo modo de inserção sócio-espacial.

A pesquisa-ação é um plano político-pedagógico caracterizando um processo de ação/reflexão. É parte da criação do conhecimento, é problematização. Os limites estão relacionados com as diferentes ambiências que coexistem no local e no global. A problematização gerada compromete todos os participantes na ação/reflexão, levando os sujeitos a se tornarem integrantes do processo de transformação sócio-espacial de suas realidades.

O objeto de investigação não é a pessoas e sim a situação. Durante o processo, todo o acompanhamento de relatos é um ir e vir, tornando-se atividades importantes para desenvolver o projeto de pesquisa. Esta, por sua vez, não se limita a uma forma de ação, o que se pretende é aumentar o conhecimento dos participantes. O conhecimento adquirido durante o processo eleva o nível de consciência, o estado de resolução do problema levantado em decorrência da situação estudada.

Os objetivos e as problematizações surgem das necessidades e situações concretas da realidade vivida, nas quais devem ser analisadas e delas emergirem temas geradores que proporcionem descobertas e novas leituras históricas e geográficas. A pesquisa é construída a partir da *práxis*: do vivido, das relações afetivas, das trocas entre experiências do saber acadêmico e do senso comum, da dramatização dos conflitos ambientais e territoriais. Esses conflitos são configurados a partir da análise das vivências e das experiências da comunidade através de observações, contatos frequentes e entrevistas para identificar e avaliar as formas de apropriação do ambiente.

A ação no lugar é uma perspectiva cidadã. Conforme Milton Santos, “a cidadania deve ser construída e experienciada na 5ª dimensão do espaço, o mundo ao redor, do aqui e do agora” (SANTOS, 1994, pg.5). Para concretizar essa relação, um espaço privilegiado para se quebrar a fragmentação e trabalhar interdisciplinarmente a cidadania - criando situações efetivamente transformadoras - é a instituição escolar. Conforme Nelson Rego: “A escola – espaço privilegiado para educar a intersubjetividade – pode ser também o espaço onde a geografia supere a disciplinaridade coisificante para se converter na produção de saberes que façam da transformação do espaço vivido o objeto catalisador de pensamentos e ações dos educandos” (REGO, 2000, pg.8). A escola é um lugar onde a busca da superação da realidade e a criatividade podem ser estimuladas, proporcionando a produção de saberes que possibilitam a mudança de atitudes e transformam o espaço vivido.

As atitudes pontuais, embora importantes, não podem ser vistas como um único caminho a ser percorrido. Este pensamento surge de uma visão fragmentária de mundo, onde se acredita que intervenções definitivas podem ocorrer a partir de ações isoladas,

decretos, leis etc. Na realidade esta forma de pensar e agir acaba reforçando a segmentação do conhecimento, eximindo as pessoas das responsabilidades para com a complexidade que implica a educação ambiental, levando a uma simplificação da visão de mundo.

Conforme MORAES (2000):

A tentativa de simplificar o mundo para melhor entendê-lo tem resultado na fragmentação do conhecimento que tem sido utilizado pelos seres humanos como fundamento na gestão das suas relações com o mundo. Esses princípios têm se refletido no planejamento e implementação das atividades humanas, na maioria das vezes imediatistas e localizadas, quase sempre sem nenhuma consideração histórica, prospectiva ou ambiental. As prioridades são definidas pelo imediatismo, pelo individualismo ou corporativismo, sem considerar o entorno espacial e temporal: as outras coisas, os outros seres vivos, as outras pessoas, as futuras gerações. Esses princípios têm orientado as atitudes dos indivíduos e as relações sociais, que se reforçam mutuamente, de modo a servirem como base para a formulação dos modelos de desenvolvimento das sociedades humanas”.

O que podemos facilmente observar, entretanto, é que a educação ambiental têm sido tratada, historicamente, como simples construção pontual por governantes, educadores, cientistas, técnicos e, de forma geral, pela sociedade. A natureza é quase sempre tratada como recurso, o que pode ser verificado como ponto comum em vários discursos “pró-natureza”, inclusive no discurso de desenvolvimento sustentável: “Preservar os recursos naturais para gerações futuras”. Na visão de BARCELOS e NOAL (2000):

Essa idéia moderna, iluminista, de dominação completa e a qualquer preço da natureza está, ao nosso ver, estreitamente vinculada à gênese de grandes questões de nossa época, e dentre essas, a degradação ambiental. Essa degradação não está restrita à degradação ecológica dos territórios físicos/biológicos da vida, mas também, e definitivamente, à degradação do homem nas suas múltiplas dimensões (lúdicas, estéticas, éticas, filosóficas e culturais...), pois as extinções não se deram, nem estão se dando, apenas no plano desta ou daquela forma de vida – nem poderia ficar restrita a essas – mas também estão como fantasmas a assombrar nossas mais queridas manifestações humanas.

Assim sendo, torna-se necessário a criação de espaços que proporcionem ações para transformar esta realidade de degradação ambiental que se reflete (ou será a consequência?) na degradação do próprio ser humano. A fragmentação do conhecimento, separando as partes do todo (e, sabemos, este é muito mais que a soma das partes) e o homem da natureza, compromete o entendimento da visão do todo como um sistema complexo. Além disso, a dicotomia Homem X Natureza faz o ser humano enxergar a natureza como uma “coisa outra” que pode ser apropriada e explorada ou concebida como um conjunto de recursos a sua disposição.

Infelizmente, a implementação da “educação ambiental” como tema transversal nos currículos escolares em nosso país, continua com a finalidade de ensinar a usar de forma “racional” a natureza ou preservar o “meio-ambiente”, sem incorporar as relações entre os homens que explicam sua relação com o meio, separando novamente o homem da natureza. Com frequência observamos, nas escolas, a discussão a respeito de “o que fazer com o lixo?”, sem discutirmos o “por que produzimos tanto lixo?”.

Uma relação menos conflituosa com ambiente, porém, só poderá surgir a partir do rompimento com a visão dicotômica Homem X Natureza. A educação ambiental poderá ser o caminho para atingirmos esta ruptura e, com certeza, os professores de geografia e os geógrafos podem contribuir muito para que um ambiente mais harmônico seja uma realidade.

Em vez de unificar a diversidade e reduzir a realidade dentro de um conjunto de leis naturais elementares ou universais, que explicaria tudo numa única lei, deve-se reconhecer os diferentes fenômenos e considerá-los distintos em sua totalidade. A realidade envolve uma grande multiplicidade de elementos, e seria difícil explicá-la usando apenas uma abordagem científica ou educacional.

Conforme SUERTEGARAY (1993), *“trabalhar conjuntamente requer ‘hábito’ de interdisciplinaridade. Por sua vez, a dimensão da interdisciplinaridade na pesquisa, requer a construção de um objetivo novo, um objetivo que será a expressão do coletivo. Isso exigirá o rompimento com a idéia de corpo (corporativismo) e a capacidade de transgressão de nossos limites de formação”*. No conjunto das práticas interdisciplinares precisamos ficar atentos para que não haja um reducionismo de cada saber. O conhecimento fragmentado e não-comunicante pode levar a um conhecimento parcial *“mutilado”*, sobre a realidade, podendo conduzir a uma prática, também, parcial *“mutilada”*. Pensando na fragmentação do conhecimento, conduzido por diversos educadores, cumpre ao papel da educação o diálogo entre si e o mundo.

Destaca-se, nesse sentido as atividades de educação ambiental, integradas com o trabalho em educação popular, devem resgatar o trabalho interdisciplinar, bem como

estabelecer relações com a comunidade envolvida pautada na percepção das “falas” locais que vai auxiliar na compreensão e nas formas de intervenção. Resgatar a subjetividade dos educandos significa entender o mundo-vivido por eles, respeitando sua identidade. Conforme o professor Benhur Pinós da Costa (2003:20):

Não conseguimos fazer educação ambiental sem buscar uma educação territorial, pois é necessário, antes de tudo, entender a multiplicidade de formas de apropriação da natureza (as várias formas de humanização da natureza), os desequilíbrios, os conflitos e as interações geradas por relações de poder assimétricas entre grupos humanos, em diferentes escalas, as formas localizadas de apropriação do espaço que constituem singulares formas de relação sociedade e natureza - o que remete ao entendimento da cultura, da identidade e dos vínculos territoriais desses diversos grupos culturais.

Para estabelecer a relação educação ambiental ↔ educação territorial deve-se levar em conta a participação da comunidade a partir de suas percepções, todavia, não se valida pelo discurso. Não é simplesmente dar “voz” aos “objetos”, mas considerá-los como sujeitos, despertando uma consciência ecológica, visto que a realidade não pode ser concebida e esgotada num sistema de idéias. Parafraseando Benhur Costa "é necessário apreender esse território de convivência, tecer a trama dos vínculos territoriais, impregnar-se deles, sentir como as pessoas com que trabalhamos se sentem em seu habitat, olhar com os olhos do outro... Conforme Leff (2003:49)

Na perspectiva da complexidade ambiental, as identidades se constituem em um processo de reapropriação do mundo (...) A identidade na complexidade ambiental contribui para um sentimento reconstitutivo do ser coletivo, que a partir de sua origem e uma tradição se reconfigura diante das estratégias de poder de globalização econômica-ecológica através de formas de resistência cultura; mas também como estratégias de construção de uma nova racionalidade social imbricada com as condições da natureza (o real) e os sentidos da cultura o (simbólico).

O caminho da percepção permite avaliar os problemas conflitos no local, contribuindo para o discernimento de conflitos que atuam na configuração espacial, num movimento contínuo de (re)criação de espaços. Estas manifestações contribuem para o trabalho do educador, fazendo com que as expressões individuais e coletivas se tornem presentes no momento da aprendizagem.

As atitudes cotidianas são as falas e o discurso que passa de geração à geração. Paulo Freire diz que o exemplo é sempre o melhor discurso e que a palavra, ao ser corporeificada pela ação, toma força e é freqüentemente mais disseminada. Está nessa relação a justificativa mais óbvia da necessidade da transformação da consciência através da educação ambiental.

A escola é o espaço formador do exercício da cidadania. Pautada em uma racionalidade construída a partir de paradigmas modernos (entendimento do todo em partes/recortes visando sua compreensão real) limita a construção da cidadania, porque a consciência de mundo é concebida pelo sujeito racional e crítico – tal qual no pensamento humanista (cartesiano). GOMES, 2002 retrata muito bem esta racionalidade ao dizer que:

A racionalidade *stricto sensu* tem um compromisso intestino com a funcionalidade, com a maximização das eficiências e a racionalização dos usos. Os espaços assim projetados apresentam “um lugar para cada coisa e cada coisa em seu lugar”. Por isso tendem a criar espaços sem vida, no dinamismo inerente à própria modernidade, surgindo, então, arremedos de convivência urbana, sem ambigüidade ou mutabilidade, sublinhando apenas a ordem racionalista, aparências urbanas que têm dificuldade em ultrapassar o sentido que lhes foi outorgado.(GOMES, 2002:99).

Essa racionalidade acaba sufocando, muitas vezes, o convívio e o “devir” do cotidiano, por que está ancorada na padronização e o homogeneização dos lugares. A fim de desconstruir essa racionalidade, um dos objetivos deste trabalho – articulado com a proposta de educação ambiental – é desterritorializar o lugar para que se possa analisar o mundo vivido e buscar as possibilidades de mudanças. Significa compreender o espaço – que convencionalmente chama-se de cidadão – a partir das identidade locais. Estas estão compreendidas nas histórias de vidas contadas ou não, das incoerências de um presente – que ao se fazer – nos escapa muitas vezes, e no sentimento de pertença territorial.

Nesse sentido, a geografia ocupa um espaço privilegiado porque ajuda a refletir sobre a realidade e a intervir no lugar, dimensão cada vez mais valorizada nos dias atuais. A compreensão do espaço de vida (do mundo vivido) requer analisar a relação sociedade/natureza. A escola passa, aqui, a ser concebida como um espaço que deve ser apropriado com a finalidade de educar para a construção de um ambiente mais harmônico e para o exercício da cidadania, estimulando a produção e socialização de conhecimentos transformadores. E, a escola pública voltada para a educação popular, em especial, constitui-se numa instituição formal de ensino que deve democratizar conhecimentos, combater as desigualdades sociais e possibilitar a dialogicidade na relação com o outro.

O conhecimento geográfico e a educação ambiental, por sua vez, também devem contribuir com a construção de uma sociedade menos excludente, através da promoção de valores éticos voltados para a liberdade e para a solidariedade. Instrumentalizar os educandos, neste mundo “globalizado” significa dar a eles condições para transformar o espaço vivido através da produção de conhecimentos que conduzam a ações transformadoras. Educar é desacomodar posturas frente ao espaço vivido e criar novas atitudes para a vida. Para tanto, os educandos precisam encontrar na escola um espaço propício à produção de saberes que possam levar a superação dos conflitos vivenciados. A prática de pesquisa dentro da escola pode qualificar do ensino para uma formação educativa efetivamente dialógica e transformadora.

A partir do levantamento de dados realizados e do reconhecimento de conflitos territoriais (sócio-ambientais e culturais) verificou-se a importância da “pesquisa” no sistema curricular da escola, pois temas referentes à cidade ou ao urbano podem se tornar conteúdos educativos e possibilitar o confronto entre o tratamento científico e o cotidiano. Isto permite ao professor, juntamente com seus educandos, explorar as imagens que possuem em relação ao seu lugar e problematizá-las. Para tanto, a educação ambiental pode contribuir para esse diálogo e fortalecer, ainda mais, instrumentos que possam formar uma territorialidade ambiental, a partir de da formação de um sujeito ecológico, um intérprete de seu contexto, ou seja, capaz de compreender e transformar sua realidade.

Cabe ressaltar que a realização de práticas pedagógicas, especialmente, voltadas para a educação ambiental junto às escolas na periferia urbana de Porto Alegre/RS/BR será proporcionada para problematizar o mundo vivido. O método será construído a partir de uma perspectiva interpretativa. Este fazer rompe, epistemologicamente, com o viés da visão naturalista e encaminha uma proposta sob a concepção de hermenêutica, compreendendo o ambiente numa relação complexa. Para finalizar o relato desse trabalho que trata de algumas reflexões acerca de práticas de meus colegas cito Karl Popper: *Eu creio pessoalmente que há pelo menos um problema...que interessa a todos os homens que pensam: o problema de compreender o mundo, nós mesmos e nosso conhecimento como parte do mundo.*

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, A *Territórios do Cotidiano*. In: MESQUITA, Zilé. E BRANDÃO, Carlos. (orgs.) **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

COSTA, Benhur Pinós da. e MACIEL, Jaqueline Lessa. **O Território como Conceito Chave na Educação Ambiental - O Exemplo do Projeto Jardim Botânico e a Comunidade Preservando a Flora Nativa**. 2003. Texto a ser publicado X Encontro de geógrafos da América Latina. SP

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e Cultura: As bases sociais e epistemológicas do Conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

- GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas: Papirus, 1995.
- LEFF, *Pensar a Complexidade Ambiental*. in: LEFF E. **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.
- LINDAU, Heloísa Gaudie Ley. **Geografia e Educação Ambiental Aplicada às Periferias Urbanas em Porto Alegre/RS/BR**. 2003. Texto a ser publicado X Encontro de geógrafos da América Latina. SP
- MEDEIROS, Cristiane Vieira. **A Educação Rural e Aprendizagem com referências no Lugar**. 2003. Texto a ser publicado X Encontro de geógrafos da América Latina. SP
- MORIN, Edgar. **O método 1 A Natureza da natureza**. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- NOAL, Fernando Oliveira. et alii. **Tendências da Educação Ambiental Brasileira**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
- PIRES, Cláudia.. et alii *Geografizando Lugares: Transitando Por Diferentes Ambiências*. in: REGO, Nelson. AIGNER, Carlos, PIRES, Cláudia. LINDAU, Heloísa. **Um Pouco do Mundo Cabe nas Mãos: Geografizando em Educação – o Local e o Global**. Porto Alegre: editora da Universidade/UFRGS, 2003.
- REGO, Nelson. et alii. **Geografia e Educação: Geração de Ambiências**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.
- REGO, Nelson. AIGNER, Carlos, PIRES, Cláudia. LINDAU, Heloísa. **Um Pouco do Mundo Cabe nas Mãos: Geografizando em Educação – o Local e o Global**. Porto Alegre: editora da Universidade/UFRGS, 2003.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço - Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____, Milton. **Técnica, Espaço e Tempo: Globalização e Meio Técnico Científico Informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Regina B. **A perda da identidade na reflexão homem-natureza**. Dep. Sociologia IFCH/UNICAMP, mimiog. s/d
- SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. *Natureza e Sociedade: A Articulação Necessária*. In: MEDEIROS, Rosa M. Vieira; SUERTAGARAY, Dirce M. Antunes; DAUDT, Helena M. Luzardo.(org.) **EIA-RIMA: Estudo de Impacto Ambiental**. Porto Alegre: Metrópole, 1993.
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2000.